

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <hr/> <p>Gramado</p>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 1 de 10
<p><b>Ata de Sessão</b></p>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 58

Ata nº 07/2023 da Audiência Pública sobre o **PLO 31/2023**, realizada no dia 22 de junho de 2023, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da **Comissão de Mérito** vereador **Prof. Daniel PT**.

Ata nº 07/2023 da Audiência Pública sobre o **PLO 31/2023**, realizada no dia 22 de junho de 2023, no Plenário Júlio Floriano Petersen, conduzida pelo presidente da **Comissão de Mérito** vereador **Prof. Daniel PT**. Presidente da Comissão iniciou a audiência pública saudando a todos, a Secretária Municipal de Administração Juliana Fisch, Secretária Municipal de Educação Simone Tomazelli Andreis, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Queli Boch, colegas vereadores, comunidade, imprensa que nos acompanham pelas redes sociais, e uma boa noite especial também aos servidores do nosso quadro do magistério presente aqui nessa noite, quem nos acompanha também pelas redes sociais. Antes de dar início a esta audiência pública, convido para compor a Mesa a Secretária Municipal de administração Juliana Fisch, convido também a Secretária Municipal de Educação Simone Andreis e também convido a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Gramado Queli Boch. Invocando a proteção de Deus declara abertos trabalhos desta audiência pública da Comissão de Mérito, para debatermos o Projeto de Lei Originária 031/2023, que “dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público no Município de Gramado, e dá outras providências”. Eu peço a gentileza que no transcorrer das manifestações, quando nós fizermos a abertura das manifestações e dos representantes do executivo, a comunidade que nos acompanha virtualmente, e que quiser fazer algum questionamento, o faça através das nossas mídias digitais, que pode ser através da nossa página do YouTube, do Facebook, ou ainda pelo nosso WhatsApp 54-3295.7000, sua pergunta ou sugestão será lida e respondida durante o nosso encontro. Então nós vamos ter um espaço para as manifestações de quem está presente, nós também abrimos para as manifestações via rede social e WhatsApp da Câmara. Esta audiência também ficará à disposição das mídias da Câmara, para que a comunidade possa acompanhar posteriormente, e também vamos abrir o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a comunidade possa se manifestar após a realização desta audiência pública, e estas manifestações se alguém quiser fazer, elas devem ser enviadas para o e-mail [jandir.fraga@gramado.rs.leg.br](mailto:jandir.fraga@gramado.rs.leg.br). Vamos então dar início a audiência pública com o pronunciamento do Executivo Municipal juntamente com a representante Presidente do Sindicato. E só para entender a dinâmica, esse projeto ele passou pela comissão, todo o projeto ele passa por três comissões. Passou pela Comissão de Legalidade, de Finanças está na sua terceira Comissão, então o projeto está no prazo finalização, que é a Comissão de Mérito, composta pelo vereador Professor Daniel, Vereador Rodrigo Paim e o vereador Neri da Farmácia. E então após o pronunciamento do executivo, do Sindicato, o Regimento orienta que os vereadores da Comissão podem fazer uma manifestação se assim o desejar, então o vereador Neri, Vereador Paim, e depois se abre para os outros vereadores se assim desejarem fazer alguma manifestação. Depois nós iremos abrir, e o Regimento fala em três minutos, mas nós podemos abrir alguma exceção para as manifestações, perguntas e contribuições que vem das pessoas que estão presentes, e posteriormente nós vamos também trazer se tiver alguma pergunta, manifestação que venha das redes sociais. Então nesse momento a gente passa a palavra para que vocês possam fazer uso da palavra. Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: “Boa noite a todos e a todas, boa noite Prof. Daniel, boa noite nosso Presidente, os vereadores, aqui cumprimentar também a nossa Secretária da Educação Simone, nossa Presidente do Sindicato a Queli. Bom, nós estamos aqui então para falar, apresentar esse novo Plano de Carreira do Magistério, então a gente tá trabalhando numa reformulação total né, não é só apenas algumas alterações. É importante a gente destacar que esse trabalho ele foi realizado conjuntamente então, entre a Secretaria de Educação, Secretaria da Administração e junto com o Sindicato, que já vinha né pleiteando uma alteração no Plano de Carreira lá começou em 2015 né, com a antiga gestão do prefeito Nestor ainda, era antiga Secretária Denise né. Então essa tratativa começou lá naquela época, e infelizmente então teve aí uma troca de gestão ali em 2016 para 2017 que não teve né, não foi dado andamento a esse trabalho, e agora então quando assumimos, a Queli então representando aos professores e o Sindicato, procurou a Secretária Simone, e prontamente abriu espaço. Então para a gente discutir as alterações necessárias né, considerando que já tínhamos aí agora fechando doze anos né, fechou doze anos do Plano de Carreira, lá atrás eu e a Queli participamos ativamente da construção desse Plano que está, fez parte então de toda a reforma administrativa que a gente teve naquela época né, tivemos várias alterações, muitas mudanças, é a própria avaliação de desempenho que não existia, passou a existir enfim. Mas realmente havia necessidade de alguns ajustes, algumas alterações, e nós ficamos aí trabalhando esse tempo, para chegar nessa composição que vamos apresentar hoje tá. Então aqui a gente combinou de fazer uma apresentação conjunta, já que o trabalho foi todo conjunto não tinha sentido a gente dividir essa apresentação. Então a Queli montou uns slides, com os principais pontos, as principais alterações para a gente apresentar. Nós tivemos uma última reunião semana passada, inclusive com os vereadores presentes, representando aqui o Legislativo, para chegar a um consenso, em alguns pontos que ainda estavam sendo questionados. Então apresentamos uma mensagem retificativa ao Projeto que já está aqui na Câmara, e aí agora vamos apresentar como é que ficou o final aí desse trabalho certo. Eu vou passar a palavra para Queli, ela tá com os slides, vai fazer as apresentações, qualquer coisa também acho que a gente pode falando né, algum levantamento importante a gente vai falando, Secretária Simone também se tiver alguma colocação, e vamos dar início então a apresentação”. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: “Boa noite pessoal, boa noite colegas, boa noite vereadores, boa noite Secretária. Primeiro lugar eu queria agradecer esse momento de nós podermos estamos aqui, embora o público ainda abaixo da Educação mas acredito que também por força da divulgação que a gente teve aí nos grupos de um trabalho bem transparente, que já vinha já vem sendo realizada bastante tempo. Então já foi divulgado no grupo que seria tratado aqui hoje, acho que daí quem tava tranquilo daqui a pouco tá acompanhando de outra forma né, mas agradeço os que estão aqui presentes, são sempre os mesmos né, sempre de fé, aí representando a classe. Bom, como a Juliana falou, a gente vem já tratando essa reforma do Plano de Carreira já há muitos anos, e sempre tivemos uma boa recepção por parte da Educação na pessoa da secretária Denise, foi lá na outra gestão ainda do prefeito Nestor, na pessoa da secretária Maria Goretti na última gestão, e agora na pessoa da Simone que assim, da nossa parte do Sindicato só agradecer Simone, assim por sempre nos receber, ouvir as demandas, é uma classe que as demandas estão sempre afloradas né, a nossa é a maior Secretaria do município com servidores efetivos. Então por óbvio que vai ser também a Secretaria com maiores problemas tá, e nós estamos conseguindo resolver tudo assim de uma forma muito boa, muito tranquila, transparente também, então muito obrigada em nome da classe tá. Pessoal assim, com relação à lei tá o que que eu fiz para facilitar, porque quando vem o Projeto de Lei para a gente, que até coloquei no grupo alguns leram e algumas coisas assim o pessoal não entende, e é normal, porque não é o dia a dia de vocês ficar analisando Projeto de Lei né. Então eu fiz um comparativo com a lei atual que é a nossa 2913/2011 né, a última reforma desse Plano foi em 2011 claro que de lá para cá tiveram inúmeros projetos que alteraram alguns artigos bem importantes por sinal, mas agora a gente fez uma revisão geral. Então eu fiz um comparativo e apontei os principais pontos que foram alterados, tantos positivos como aqueles que acabou dando algum

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 2 de 10
<b>Ata de Sessão</b>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 59

percalço assim no meio do caminho, que gerou nossa reunião do dia 15 e conseguimos ajustar tá. Então vou passar hoje a Sany me explicou o professor Daniel, até me corrige se eu tiver errado como é que funciona, eu nunca participei de uma audiência pública na condição de apresentar né, então ela me passou que primeiro eu tenho que passar toda a matéria e aí depois abre para discussão é isso. Então tá, então quem tiver dúvida anota para depois perguntar para a gente poder voltar no slide e responder. Então os principais pontos alterados da 2913 que é o nosso Plano de Carreira, foi criado o cargo de psicopedagogo, um ponto bem importante para categoria já era um pedido antigo né, não sei qual é a previsão Secretária, quantos cargos tem". Secretária Municipal de Educação Simone **Andreis**: "Foi colocado previsão de cinco cargos, por enquanto". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "A gente sabe que são, tem muito mais escolas mas já é um começo né, então que bom, acho que soma para classe setor. Outra questão, foi incluído na lei a previsão expressa de que os professores dos anos finais, poderão atuar na hora atividade dos anos iniciais, dentro da sua área de atuação, por lógico né, evitando o desvio de função. Aqui na prática isso já vem ocorrendo, principalmente a partir deste ano com algumas quase inclusões das disciplinas alternativas né, enfim. Então é só uma questão mesmo para ficar regulamentado, e depois não tem nenhum apontamento, inclusive pela própria CPGQ de desvio de função. No artigo 6º da nossa lei, foi excluído a sub faixas, quem é antigo aqui na carreira vai lembrar, que lá em 2011 quando a gente fez a reforma administrativa, dentre elas o Plano de Carreira se criou, quem estava na época nós professores progredimos até a classe F tá, quem estava na A e B ficou na A, quem estava na C e D ficou na B e na E e F ficou na C, ficou congelado. E os biênios na época, se denominou no Plano de Carreira como sub faixas, que iam até a classe sei lá qual letra lá do alfabeto enfim, na prática isso nunca se efetivou né, porque dentro do sistema de RH e me corrige Secretária se tô errada, nunca veio no nosso contracheque lá classe X de biênio, vem lá biênio um, dois, três, cada um tem e o percentual correspondente a cada ambiente tá. Então para evitar confusão porque no fim isso gerava mais dúvidas ainda né, se tirou fora sobre faixas e se deixa a rubrica biênios como já é hoje, e as avaliações mediante, os biênios mediante avaliações da CPGQ e tal, tudo igual né. O artigo 7º no parágrafo único, nós temos duas situações, a primeira situação do inciso um, se regulamentou então expressamente que os servidores que entraram após a publicação desta lei eles não entram em classes tá, isso na verdade já vem acontecendo desde 2011, voltando uma casinha atrás que eu acabei de falar, quem estava ativo no município lá em 2011, ficou congelado nas classes A B ou C certo, e os novos que entraram já não entraram mais de nenhuma classe. O que a lei previa, era que entrava na classe A e lá permanecia até a sua aposentadoria tá, só que na prática não se entra em classe nenhuma porque o sistema lá do RH, não tem essa Classe A sozinha, isolada, é isso né, tem a classe A de quem já estava na A ou na B que ficou na classe A sistematizado certo, esse é o inciso um. O inciso dois do artigo sétimo é o inciso que mais traz alteração no nosso plano de carreira, e esse é bem importante que todo mundo preste bastante atenção para depois não haver dúvidas ou, né se sentir prejudicado e que não foi comunicado. Enfim o quê que acontece pessoal, hoje a lei vigente, o servidor ele entra no nível de Formação dele, então por exemplo, eu tenho mestrado se eu fizer o concurso hoje para o magistério, e eu for nomeada hoje com a lei atual, eu vou ser nomeada lá no nível P3 Professor nível três começar. Só que essa regra não é a mesma regra aplicada o quadro geral, o quadro geral do município, ele tem a promoção por escolaridade de 10% a cada nível né de nível básico, segundo grau, graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, mas ele só vai promover de nível após o estágio probatório. Então hoje um auxiliar administrativo que tem graduação passa no concurso, ele entra com salário base de auxiliar administrativo, e ele só vai ganhar auxiliar administrativo exige segundo grau certo, ele só vai ganhar os 20% dez da graduação e dez da Posse, se tiver uma pós, só após três anos de efetivo trabalho sendo aprovado no site probatório que ele vai se promover. Então isso foi uma coisa que a gente sempre foi muito cobrado dentro do magistério, porque que o magistério era diferente né, inclusive eu cansei de ouvir que eu só trabalhava para o magistério né dentro do sindicato, porque o magistério tem essa promoção automática, só que desde que o mundo é mundo a gente tem isso, desde lá da Lei 1709 de 2000 é assim e tá isso nunca mudou, agora este ano com a reforma, a proposta inicial acho importante destacar isso tá porque teve uma evolução. A proposta inicial da administração era e realmente equiparar o quadro do magistério com o quadro dos servidores quase geral, e todos os profissionais novos daqui para frente, então teoricamente não se aplicaria vocês, salvo se algum de vocês for fazer novo concurso daí sim né, todos os novos profissionais que ingressassem na carreira ingressariam no nível P1 nível base do magistério tá, eu digo P porque agora vai o educador infantil também vai ser professor de Educação Infantil, então vamos tratar todo mundo como professor tá. E só após os três anos ele poderia migrar para o nível da sua titulação, mestrado aliás, pós, mestrado ou doutorado, sempre pós para cima, porque graduação é o mínimo que se exige dentro do magistério certo. E aí em razão deste ponto que nós como sindicato entendemos que seria um prejuízo para o profissional do magistério, mesmo que a gente esteja falando daqui para frente, nós como Sindicato a gente luta pelos atuais e pelos futuros né, eu acho que a classe é uma só, e a gente vai lutar por todo sempre. Nós conversamos com a Secretaria da Administração e com a Simone, e com os vereadores que estiveram presentes na quinta-feira, alguns não puderam estar, mas quem estava né representou a Casa Legislativa, e nós conversamos sobre isso e chegamos num meio tempo, até a ideia foi da secretária Simone, foi apoiada pelo vereador Paim estava lá, e os demais Rose, Neri e o Cavallin que não está aqui, isso de nós chegarmos no meio termo. Então ao invés do servidor do magistério esperar três anos para promover de nível tá, como acontece com o quadro geral, ele esperaria um ano. Então hoje na prática tá o quê que significa o professor que entrar ser nomeado após a aprovação dessa lei se assim for aprovada né, ele vai entrar no P1 nível básico de professor, e ele vai ter que ter pelo menos dois boletins avaliativos, ou seja, um ano de efetivo serviço, boletins não da CPGQ lá de higiene tá gente não confunda, um boletim de avaliação de estágio probatório, porque isso de ter que ter dois boletins avaliativos, porque nós temos situações de servidores que são nomeados e em seguida por exemplo já saem de licença maternidade, ou alguma licença à saúde enfim, tem casos né, então não tenho serviço prestado naquele período né. Então ele vai entrar no P1 e vai ficar no mínimo um ano ou dois boletins de avaliação, para daí ele poder promover para o P2, P3, P4. Daí depende da qualificação dele tá, foi um meio termo que nós conseguimos chegar em consenso com a Administração e com a Educação, para evitar o que o servidor realmente tenha que trabalhar por três anos, dando o seu conhecimento lá de uma qualificação maior sem receber por isso tá. Então esse é o no meu ponto de vista, eu coloquei isso já no grupo não é novidade para ninguém, é o principal ponto de alteração no plano tem que ficar bem claro para todo mundo. Seguindo, outro item que foi excluído da Lei, esse item também é importante, também já destaquei no grupo dos professores, que é hoje, a nossa lei prevê que o servidor que estiver estudando, desde que ele comprove que estava matriculado desde dezembro de 2010, vocês vão dizer nossa né, quantos anos, sim é que a lei é de maio, a última lei é de maio de 2011, então para não pegar desprezendo quem estava já estudando na época, se colocou isso na lei, quem estava matriculado desde dezembro de 2010, independente de quando ele fosse se formar, ele poderia sair do quadro em extinção, que é aquele servidor só com magistério né, e ir para o quadro normal dos professores, que é a graduação que exige a graduação como ingresso no cargo tá, e mudar de nível né, é a grande diferença é sair do quadro em extinção, ir para o quadro normal e poder mudar de nível, porque se eu estou no quadro em extinção eu não mudo de nível, se eu busco uma qualificação, eu ganho os 10% para cada graduação que eu tiver enfim, graduação, pós, ou mestrado, mas eu não mudo de nível né, eu fico lá no meu quadro em extinção. Daí esse artigo então tá sendo retirado tá, porque a Administração entendeu, que quem tinha que se

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 3 de 10
<b>Ata de Sessão</b>			

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 60

formar já se formou nesse período né, nós estamos falando aí de doze anos é doze quase treze anos né, se a gente pensar, então já foi até jubilado né, de uma forma de. Então nesse sentido tá pessoal, quem estava no quadro em extinção, e até eu acho que muita gente buscou qualificação, porque na época eu lembro assim eu tinha muita gente, e hoje nós somos em dezesseis eu acho né, dezesseis nesse quadro em extinção. Então realmente unir o número é bem reduzido, então acho que o pessoal que queria né, que entendeu que valesse a pena na época buscar a formação na educação buscou né, e saiu do quadro em extinção foi para o quadro normal, e tá mudando de nível. Então essa previsão cai fora tá". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Só deixa eu fazer um parênteses, os vereadores entenderem um pouquinho a diferença, o professor né, então quando ele busca essa informação ele faz essa mudança de nível que a gente está chamando, e hoje ele muda o básico dele né, então ele sai de um básico X e passa por um básico Y né. O servidor do quadro geral, é que isso também foi trazido na reforma em 2011, a promoção por escolaridade do quadro geral ele não muda o básico, essa é a grande diferença que a gente tem também. Então ele ganha 10% de aumento sim, mas ele não entra no básico dele, o básico continua sempre o mesmo né. E qual é a grande diferença disso, que no momento que muda o básico, muda todas as outras vantagens subsequentes como triênios né enfim. Então essa é uma grande diferença que a gente tem, e tentando mudar essa questão ali colocando pelo menos um ano né do professor em estágio probatório, e aí sim mudar de nível a gente tá tentando buscar uma equidade com o quadro geral, tentando diminuir um pouco, e ter uma isonomia, tentando ter uma isonomia com os demais servidores, que realmente nós também ouvimos, que acaba tendo essa grande diferença né, então a gente tentou também atender uma reivindicação, vamos dizer assim dos demais servidores, então só para deixar claro né para o pessoal entender". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Sim seguindo então pessoal, então essa questão né de quem tava estudando, quem buscou qualificação buscou, quem não buscou pode buscar mas vai ter a promoção para escolaridade em 10%, mas não vale mais sair do quadro em extinção e ir para o quadro normal e progredir de nível, mudando o salário base tá, isso é bem importante. Outra questão que alterou, foi a questão da recapacitação que se tinha previsto na lei se saiu se tirou fora, porque isso também tá dentro lá da lei da CPGQ, então era meio que em duplicidade tá, isso não prejudica o servidor, embora na prática eu nunca vi um servidor e para recapacitação tá, então não sei se não se isso existe". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Não, mas segue previsto na lei da lei específica né da CPGQ". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Outra questão, a hora atividade em local de livre escolha, passa agora a estar previsto na lei que ela deve ser comprovada tá, isso na prática segundo a Simone já vem acontecendo né, nas escolas, acho que é aquela questão lá para depois não evitar nenhum problema ter nenhum problema na aposentadoria tá, embora eu discordo desse ponto mas não vou entrar nesse mérito. Ok não também não vejo que prejudica tá, é porque se a gente tem hora atividade, é para fazer a hora atividade então a gente comprova que faz tudo certo. Com relação ao artigo dezesseis". Secretária Municipal de Educação **Simone Andreis**: "Posso complementar, lembra que nós fizemos reuniões no início do ano né enfim, é uma questão de segurança mesmo, a maioria das escolas optou por fazer uma lista de registro de justificativa de ponto, só para ter registrado o dia que o professor não está na escola, é só isso mesmo". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Com relação ao artigo dezesseis, foi incluído que é uma, isso já era previsto lá na lei 1709/90, aí eu lembro que foi retirado, porque na época teve um apontamento Tribunal de Contas pelo menos né, foi isso que foi no passado, e agora está retornando para lei que é, é um pedido bem antigo dos diretores que tem só uma matrícula, deles poderem ter uma jornada complementar, desde que não passem das quarenta horas tá, embora na prática a gente sabe que se trabalhamos mais do que quarenta horas, quem é, quem é cargo de chefia né. Mas não se recebe hoje para isso né, hoje o diretor que ele que tem duas matrículas, ele recebe lá os dois salários base né, dos dois concursos deles e mais a FG pela responsabilidade que ele tem dentro do cargo, e o que tem só uma matrícula ele recebe aquela uma matrícula, mas ele cumpre quarenta horas na escola porque ele tem a FG, e ele não recebe essa diferença de jornada das vinte cinco para as quarenta, em torno de quinze horas né gente, quem é Educação Infantil um pouquinho menos, porque daí o concurso é trinta e duas né. Então agora está se incluindo na lei, esta previsão de poder ter essa jornada complementar para esses servidores que tem só uma matrícula tá. Então os diretores vão passar a receber essa complementação de jornada, pelo tempo que eles ficam na escola, independente da FG que eles recebem, que a FG seria pela responsabilidade do cargo é isso né Juliana". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Sim, e é importante lembrar como a Kelly falou, realmente nós tínhamos na antiga lei do magistério, tivemos sim apontamento pelo Tribunal de Contas, se eu não me engano ainda era na época do Prefeito Pedro né, é isso ficou uma Glosa inclusive para o Prefeito Pedro pagar essa diferença, e aí o quê que a gente fez na reforma né em 2011, a gente aumentou o valor da FG. Então na época o FG era bem menor e tinha uma complementação, então tinha esse desdobramento, essa convocação, e o FG era bem menor. Então para que não houvesse prejuízo para as diretoras, a gente praticamente dobrou o valor da FG para que elas não tivessem prejuízo tá, então tanto que a nossa FG aí é bem maior que muitos municípios né, bem estado enfim, por conta disso tá. Então só que agora tá se retornando por um pedido dos diretores, é que haja essa complementação, e volto a dizer, já falei em reunião, esse é o entendimento bastante divergente tá, mesmo estando previsto em lei, o Tribunal de Contas não vê com bons olhos, e corremos o risco de ter apontamentos tá, porque na época nós pagamos porque tinha previsão legal, e mesmo assim o Tribunal de Contas apontou e nós tivemos que tirar da Lei. Então corremos o risco, mesmo sendo aprovado, estando na lei, de termos problema com Tribunal de Contas e termos que mexer nisso novamente. Eu acho que é importante nós colocarmos e deixar isso muito claro, porque se a gente tiver vai ter provavelmente vai ter uma Glosa para o prefeito Nestor né, ele que vai ter que devolver o dinheiro, não vai ser dos diretores, mas corremos o risco, porque não é bem visto, existe o entendimento que é inconstitucional inclusive, porque na verdade no momento que se recebe um FG, tu tá recebendo pela aquela função, tu não pode receber mais uma convocação para exercer aquela mesma função, então tu tá recebendo duas vezes pela mesma função. Esse é o entendimento Tribunal de Contas tá, então está na lei porque foi um pedido, tá no projeto desculpa né, tá no projeto mas eu gostaria de deixar isso bem claro para todo mundo". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Seguindo, mas enfim é um artigo que é uma, é um atendimento ao pedido da, foi um né foi atendido um pedido da categoria né, se vai haver passos os futuros ou não né, enfim acho que é importante deixar claro para evitar também surpresas né caso tenha, mas enfim, é um ponto importante de modificação da lei para melhor, ao menos nesse ponto. O artigo dezoito da lei, foi incluída a previsão de todos receberem o mínimo do piso do magistério, isso aqui é bem importante pessoal, porque teve né o piso do magistério, ele é atualizado ano a ano né. Então como já está previsto na lei, que todo mundo tem que saber no mínimo peso do magistério, então isso aqui vai ter que estar sempre o RH, vai ter que estar sempre ali de olho né em janeiro né que sempre altera ali, e aí alterar o piso daqueles que não recebem proporcionar o piso magistério. Hoje em Gramado quem não recebe proporcional o piso magistério, são justamente o quadro em extinção, então esses dezesseis, vinte, digamos no máximo tá, porque os demais todos graças a Deus né, recebem inclusive superior, fazendo a proporcionalidade porque o piso do magistério hoje é, até tinha notado R\$ 4.420,55 (quatro mil, quatrocentos e vinte reais coim cinquenta e cinco centavos) e para quarenta horas, então como nossos professores são vinte cinco ou trinta e dois né, que é o

**Ata de Sessão****Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN  
- XVI Legislatura -**

FL. 61

educador infantil, vai virar professor de Educação Infantil, então na proporção recebe acima tá. Então só esses mesmo do quadro em extinção que não, mas que aí vão ter esse alento agora com esse aumento de padrão aí, e olha eu fiz a conta assim por cima então com seiscentos reais no mínimo, bem bom. Seguindo, o artigo vinte também, muito bom tá, foi incluída a previsão do recesso para todos os profissionais do magistério que estão na escola né, então antes dizia a lei previa expressamente ali só para quem tinha o exercício da docência né, e aí às vezes acontecia por exemplo, lá e o supervisor ou o orientador né, ele não tem lá, ele não tem uma Regência de turma, mas ele não tá, não tem mais turma que ele responde, ele tá na escola os diretores, os vices, exatamente Dani muito bem lembrado. Então todos agora então pela lei né, terão direito ao recesso. Seguindo, a gratificação de uni docência Esse é um pedido bem antigo da classe, não só pelo Sindicato como pelo Conselho da Educação também, aqui é a Prof Nara que muitas vezes né junto buscou esse pedido, junto a administração, nosso pedido era 30% não foi atendido os trinta, mas foi atendido vinte e nós já ficamos bem feliz, para quem não tem nada a ter vinte já tá ótimo. A uni docência então, não precisa explicar né gente, é para quem tem as séries multicereais, trabalha lá primeiro ao quinto ano todo mundo junto né. O artigo vinte seis, esse aqui vocês prestem muita atenção tá, esse aqui pelo menos assim umas vinte pesquisas, consultas, no início de cada ano letivo a gente tem no Sindicato tá, sempre é um problema. Que é a disputa de vaga tá, então agora se alterou na lei e se deixou assim mais claro possível tá, antes nós tínhamos a previsão de que, quando tinha vaga, quando dois profissionais disputavam a mesma vaga, a preferência era de quem tinha a melhor nota da CPGQ, esse sempre foi o primeiro requisito tá. E depois como segundo quesito o tempo de Magistério no geral tá, só que a lei também não dizia expressamente quem quer vaga aberta, e nós como Sindicato sempre defendemos isso né que era vaga aberta, e não vaga ocupada, por hora dava certo, por hora não, porque dependendo da cabeça né o entendimento enfim. Então agora tá desenhado na lei tá gente, é vaga aberta, não é porque o professor quer ir lá para minha escola e eu estou só mais nova que estou lá, que isso aconteceu com muita gente por muito tempo tá, e eu tenho que ser sempre a que tem que ficar pipocando, porque eu tenho que dar preferência para o outro professor que é mais antigo que ele quer a minha vaga não, se a minha vaga tá ocupada ele vai ficar querendo, vaga é minha, é para vaga aberta. Então vaga aberta dentro de uma escola hoje quem concorre quem vai ter a primeira preferência, a pessoa que tiver mais tempo de serviço na rede municipal, foi uma um pedido inclusive da Simone, e o Sindicato concordou porque gente. Porque às vezes o servidor vem de fora, ou vem enfim do estado, ou da particular, ele tem trinta anos lá na particular, mas no município ele tem um ano, e ele ganha a vaga de quem tá ali no município há vinte anos por exemplo né. Então realmente a ideia é, a gente sim tentar favorecer o grupo local do magistério tá, independente, onde tiver o professor, mas que ele, aquele com mais tempo de casa não magistério local tá. E o segundo ponto daí sim, avaliação da CPGQ tá, e como critério de desempate daí o tempo de Magistério Público geral tá, isso que vai passar a valer se for aprovada assim. E a outra questão que foi regulamentada, foi uma questão de exceção, que aqueles casos que o profissional sai da sua turma de regência para assumir uma direção de escola, ou uma vice direção de escola, ou um cargo de FG na Secretaria de Educação para cuidar a lei da Educação Infantil, do ensino fundamental, do A e E sei lá tá, esse profissional ele também vai ter preferência a retornar para a escola que ele está que ele estava né, ou no caso da direção na própria escola, porque muitas vezes as pessoas têm medo de concorrer aos cargos, porque daí não pode voltar, depois ela é, ela vai para escola que tiver vaga né, seja escola onde for né. Então nesse caso também vai ter preferência voltar para aquela escola, desde que tenha vaga aberta naquela escola, não vaga ocupada tá, então acho que ficou bem bom. Os artigos vinte oito a trinta e um vai tratar dos níveis e valores do quadro em extinção, ali com relação ao piso do magistério, daí ali que vai ter esses, essas majorações ali que eu falei em torno de quinhentos e seiscentos reais, e foi excluído a Comissão de Gestão do Plano de Carreira, que na prática também nunca teve, porque nunca se foi necessário, nunca foi necessário, e o calendário escolar previsto expressamente na lei, ele é sempre elaborado em conjunto, o que vem sendo respeitado, gente desde a gestão passada e nessa gestão também pela Simone, de que sempre participa né um servidor da educação infantil, do fundamental, um do AEE, um da supervisão um da orientação, agora um da psicopedagogia né. e mais Secretaria da Administração Sindicato e Conselho Municipal de Saúde, de Educação. Então quer dizer. todo mundo junto lá incluído para dar palpite. na prática é isso né. mas tem dado certo. E aí por fim e não menos importante pelo contrário, acho que é a parte mais importante também do nosso Plano, é o anexo Um, e vai passar a ser aquela tabela da equalização da nossa hora atividade. Assim pessoal, isso nós temos a hora atividade hoje garantida por uma portaria, que ela é nós temos a portaria de, a primeira portaria foi em 2015, abril de 2015, depois a nossa paralisação, foi o último ato digamos de rever o dia do magistério com relação a hora atividade, mas a gente escolheu frutos porque tivemos a portaria em 2015 assinada e cumprida, e depois em 2017 teve uma última portaria que foi assinada, tipo renovando aquela de 2015. E agora 2023 a gente pegou aquela portaria de 2017, atualizamos, porque teve algumas mudanças no meio do caminho, e virou esse anexo Um, que vai estar dentro da Lei tá. Então a partir da aprovação desse PL, a hora atividade vai estar regulamentada dentro da Lei, não só em portaria, e nem só no acordo judicial que nós temos também do processo judicial da hora atividade. Os principais pontos alterados desta Portaria tá, foi a questão do professor AEE e supervisor, e orientador, e psicopedagogo agora, exatamente a mesma descrição ali da hora atividade. Como eles são quarenta horas, eles têm treze horas e quarenta minutos de hora de atividade na semana. Essas treze horas e quarenta minutos, além das horas que eles têm na escola, eles vão ter dois turnos de quatro horas cada um, em local de livre escolha tá, isso já funcionava para o supervisor e para o orientador, e não funcionava para o AEE, tinha uma diferença ali não sei porque, isso puxar na minha memória porque que se previu assim lá em 2015 não me lembro, mas enfim, agora tá regulamentado. A educação infantil ou professor de educação infantil, são trinta e duas horas, dez horas e quarenta de atividade na semana, um turno em local de livre escolha, continua sendo igual às seis horas tá, e nós incluímos a questão dos vinte quatro minutos tá, porque os vinte quatro minutos, não estava na Portaria vigente tá pessoal. Isso foi uma negociação Categoria e Sindicato, porque isso chegou a conclusão na época, e não tinha como os educadores cumprirem uma hora e trinta e seis na escola sem aluno, porque não tinha lugar, e continuou não tendo, na maioria das escolas não vou dizer que são todas. Então se regulamentou os vinte quatro minutos, como também em local de livre escolha, que é o que já acontece hoje na prática, chega vinte quatro minutos depois, eu saio vinte quatro minutos antes. Os anos iniciais a gente também regulamentou, nosso tão sonhado pedido e graças a Deus esse ano aceito né, obrigada Simone de novo, pelo um turno em local de livre escolha dos anos iniciais, que lá na Portaria estava duas horas, eu também, tá regulamentada agora um turno local de livre escolha tá pessoal. E a questão das reuniões pedagógicas, quando não bate reuniões de profissionais que trabalham em outra rede, porque hoje a Portaria ela regulamenta quem trabalha na mesma rede e trabalha em duas ou três escolas, a pessoa não pode estar em duas escolas ao mesmo tempo, então ela vai fazer um revezamento nas escolas, mas quando ela tem outra rede, trabalha no estado ou né, no particular, ou trabalha em Canela, que foi muito professor Canela um turno, Gramado outro, e aí bate as reuniões, aí se criou uma regulamentação tá, os profissionais da educação que trabalham em outras redes escolares municipais, estaduais ou particulares, e eventualmente né gente, não pode ser sempre também né, eventualmente não puderem participar das reuniões pedagógicas nas escolas em que atuam no município de Gramado, com exceção das escolas que envolvem conselho de classe entrega de boletins, óbvio que o



## Ata de Sessão

### Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN - XVI Legislatura -

FL. 62

professor titular da turma deverá estar presente. Deverão apresentar comprovante de trabalho do competente estabelecimento de ensino, cuja justificativa será analisada pelo SMEC, e poderá ou não validar a justificativa do profissional tá gente. Então assim, vai ter essa oportunidade de poder apresentar justificativa, e ser justificada a falta dele em eventuais situações, que hoje nós não temos essa previsão né, hoje nem que Secretária queira, ela não vai conseguir validar porque hoje a Portaria, ela é bem engessada. E daí aqui, eu vou mandar isso aqui no grupo tá, e vou ficar à disposição de cada um porque assim, fazer essas contas aqui para quem está no grupo de representantes sabe que deu uma confusão, porque não é fácil tá gente, fazer para quem é da área da matemática é muito bom muito bem obrigada né, mas para quem não é assim ó, sério, tá. Tá aqui então a jornada como que é a equalização né, o que é a hora atividade, reunião obrigatória, que faz parte da hora atividade Recreio ou intervalo entre jornada sem aluno né, hora atividade em local de livro escolha, tempo mínimo na escola, tempo mínimo na escola com o aluno enfim, tá bem desenhado todos os cargos. E aí eu vou ficar à disposição no individual, não me perguntem lá no grupo que tem trezentas pessoas porque daí eu né, vai pegar fogo o negócio, mas quem tiver dúvida vou postar lá no grupo e vou ficar à disposição no individual ok. A princípio assim, aqui as regras gerais, não mudou nada ficou igual, só essa questão das reuniões em outras redes, daí é isso muito obrigado, e ficou à disposição para perguntas". Secretária Municipal de Educação **Simone Andreis**: "Eu queria só, acho que é importante dois pontos também que foram acrescentados no Plano que diz respeito mais a questão dos gestores, que é inclusão de mais duas faixas né, do fundamental em relação ao número de alunos, porque hoje a última faixa de FG das escolas, era seiscentos alunos né, e hoje a gente tem escolas que já passou de mil, então a gente criou uma nova faixa, assim como a educação infantil tinha a faixa maior sem alunos, e hoje nós temos escolas que já passaram de duzentos, então a gente criou uma faixa nova de FG, para essas escolas maiores. E também nas escolas que tem Emei e Emef juntos né, a previsão de uma vice-diretora para a educação infantil né, que antes era por número de alunos só, e hoje então a gente tem previsto que essas são três escolas do município, que elas têm para educação infantil elas têm uma vice específica". Presidente da Comissão deu continuidade aos trabalhos, passando a palavra aos vereadores, começando com os vereadores que fazem parte da Comissão. Vereador **Neri da Farmácia**: "Só para contribuir, boa noite a todos, mas para dizer o meu contentamento com a evolução que chegou o projeto né, um projeto muito democrático né Secretária, parabenizar vocês, a Queli também né, que trabalhou muito junto com vocês do executivo, representando muito bem a classe de vocês, a importância que vocês têm né na educação dos filhos a gente já comentou várias vezes, e gostaria aqui só acrescentando algo que todo mundo sabe né, que a transformação da sociedade né, começa por uma boa educação. Então a gente fica muito contente pelo período também né que vocês estavam reivindicando, e eu acho que ficou bem bacana aí o alinhamento né do desejo de vocês com o projeto de lei. Então só isso mesmo, parabenizar vocês, e agradecer sempre pelo trabalho que vocês desempenham lá nas escolas né cuidando das nossas crianças que são nosso futuro, obrigado". Vereador **Rodrigo Paim**: "Boa noite a todos, primeiramente eu quero agradecer a Queli, a Secretária Juliana e a Secretária de Educação, pela aquela reunião que convidou nós, eu acho que aquela reunião ali foi muito importante, e esses pontos Queli que tu levantou até agora aí, foram, eu acho que foi crucial naquele momento ali daquela discussão, porque se fosse discutir hoje ia ser muito mais demorado, e de repente não chegaria. Então muitas decisões desculpa né, muitas decisões ali naquela reunião foram tomadas, devido à até a explicação deles, e nós também ali né tivemos uma participação né Dani, a Dani participou também ele viu. Então eu acho que ficou muito bom o projeto, assim do que veio para Casa, e quero agradecer a Secretária por ter aceitado essas nossas opiniões, a Simone deu aquela opinião a respeito do dos três anos passar para um e eu tinha pensado e não falei, e achei ótimo que veio da Simone. Eu só tenho uma pergunta para fazer Queli dentro de todo o projeto, que vocês comentaram antes aqui, mas eu gostaria só que explicasse um pouquinho, até foi a Secretária Juliana que falou a respeito, tem uma ilegalidade que pode ser apontada, é isso que eu entendi, que pode ser apontada ou não, é ali que eu não entendi e quem devolveria o valor seria o município, e não quem recebeu que seria os diretores. Só gostaria de explicar existe essa ilegalidade no projeto, então só isso obrigado boa noite a todos". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Sim vereador, como eu comentei né, na antiga lei do magistério antes dessa que nós temos, havia essa mesma previsão, de poder convocar um diretor para ele desdobrar a jornada dele como a gente tem diretores só de vinte cinco horas. Então a gente fazia isso, a gente convocava, desdobrava mais quinze horas, e ainda pagava o FG certo. O Tribunal de Contas veio naquela época, disse que não, eu não posso fazer isso, porque ele tá recebendo duas vezes pela mesma função, e mesmo havendo previsão legal ele disse que não isso era inconstitucional, e teve uma Glosa pro município, não foram os professores que devolveram recurso, na época quem devolveu foi o Prefeito Pedro Bertolucci. Então a Glosa vem para o gestor, ele não vem para o professor que está recebendo de boa fé, ele entende que é o gestor não tá administrando corretamente". Vereador **Rodrigo Paim**: "Pode acontecer de ter que o professor devolver". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Não desculpa professor não, o professor não vai acabar sendo glosado o gestor". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Se isso chegar nesse ponto né, porque pode não ter apontamento e não né, enfim, e até porque o professor ele vai estar recebendo além de boa fé, serviços prestado né. Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Então eu quero deixar isso claro, que nem aquele disse para que não haja surpresas, porque naquela época houve uma surpresa é, houve uma surpresa, nós tivemos que parar de pagar se desdobramento, tivemos que alterar a lei, houve muito descontentamento, eu me recordei que muitas diretoras ficaram bravas na época, que estavam perdendo e tal, mas havia enfim né aquele apontamento, a gente tinha que resolver, e a solução encontrada foi aumentar o valor da FG, para que eles não tivessem tanto prejuízo né. Então eu me preocupo, e eu acho é uma preocupação quanto gestora, daí eu tenho que pensar em proteger a administração, também e o próprio Prefeito né, que a gente está colocando na lei algo que já teve um apontamento no passado né. Então pode não ter nenhum apontamento, mas pode, e eu já tinha colocado e comentei naquele dia uma das nossas consultorias que é a DPM né, que é nossa consultoria muitos anos, eles entendem que não é possível, o IGAM já passou os olhos por cima que é a consultoria aqui da Casa né, mas a DPM vem sempre dizendo, isso não é possível e isso é inconstitucional né, então vai depender de quem olha e de quem avalia. Então, se houver algum tipo de apontamento nós vamos ter que encerrar novamente como a gente fez no passado". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "É assim só a título de complementação, Canela tem essa previsão na lei desde sempre tá, nunca vi problemas lá então né, pode ser que isso não vai acontecer então acho que assim né, claro a Juliana tá no papel dela de proteger a gestão, mas administrar é também correr risco né, e a gente sabe que tem muitos projetos que passam com o risco também, enfim ocorre o risco, então vamos correr o risco". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Até sugerir para que nos relatórios que as comissões apresentarem, a gente justifique né, o porquê o executivo está, porque na verdade a função gratificada é para tu ter o cargo de direção né, esse é uma função gratificada, e aqui o executivo está ampliando, é uma ampliação de carga horária né de certa forma". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Só que a justificativa, o problema é a justificativa dessa convocação, porque o Tribunal sempre pede, por quê

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 6 de 10
<b>Ata de Sessão</b>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 63

que eu estou convocando esse professor, eu não tô convocando ele para dar aula, eu estou convocando ele para ser Diretor no outro turno, e aí só que para isso ele já recebe um FG, é esse que é o entendimento do Tribunal né". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "A gente possa colaborar com o executivo, próprio Prefeito, que depois terá que responder, se tiver que responder a gente também justifique ali nos nossos relatórios, que podem depois ser um instrumento de defesa também, para que a gente possa compartilhar né esse risco com o gestor. Mas então já vamos passar para quem está presente, eu só quero fazer uma observação assim bem rápida, eu acho que importante que acontece hoje no município de Gramado, porque na grande maioria dos municípios que estão discutindo o Plano de Carreiras é para tirar vantagem, tem visto isso um estado né, nós tivemos mais um retrocesso em servidores do Estado, e a gente tem acompanhado as notícias das cidades vizinhas. A grande maioria quando mexe no Plano de Carreira do Magistério, tem sido para retirar conquistas do magistério. Então gostaria de registrar meus parabéns aqui a gestão a Secretária Simone, também a Secretária Juliana, o Sindicato também sempre muito presente, os servidores, gostaria de fazer isso elogiar e avise o prefeito que eu tô elogiando o projeto aqui, porque o prefeito está na meio bravo comigo, mas eu acho que é importante a gente registrar né, quando a gente entende assim que são avanços, são conquistas, são avanços né fora a brincadeira mas é verdade né, quase todas as mudanças tem sido para retirar direito né, e essa mudança que a gente vê que ela traz uma série de modificações, mas visando qualificar melhorando né, e mantendo conquistas né, eu sei que quando o quadro geral ali as vezes tem essa questão, mas nós preferimos que o executivo então dê os mesmo benefícios que tem o quadro do magistério para o quadro geral, mas que não não os retiram, então parabenizar vocês pelo trabalho que vocês fizeram até esse presente momento". Presidente passou a palavra a comunidade presente, mas antes explicou a dinâmica da Casa para um bom trabalho nesta noite. **Prof. Andreia**: "Boa noite eu sou a professora Andreia, e é uma dúvida, uma colocação não sei, ignorância minha talvez, mas o Tribunal de Contas no caso apontaria essas vinte horas de convocação né, no Estado já funciona assim. Claro está falando de esferas diferentes né, mas o professor tem vinte horas, e se ele assume uma direção ele tem que trabalhar quarenta, ele ganha mais vinte dessa convocação porque ele não vai trabalhar vinte horas de graça e mais o FG é isso. Aí eu queria saber, se no município por quê que o Tribunal de Contas aponta no município e não aponta no Estado, ou se são duas coisas diferentes eu não né, uma ignorância minha talvez a questão de Tribunal de Contas, mas se é ilegal em uma esfera, pensei ilegal na outra esfera também né, essa é a minha dúvida". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Bom, eu trabalho assim com as demandas do Tribunal de Contas desde 2009 no município tá, eu já trabalhava na Procuradoria, na época que a gente recebia uma incumbência ali de começar a trabalhar com essa parte, e realmente quem tá conosco é muito tempo sabe, que Gramado ele é diferenciado, Gramado diferenciada em tudo, inclusive nos apontamentos do Tribunal de Contas. Infelizmente Gramado é muito visada para tudo, às vezes uma licitação que é super tranquila e comum no município vizinho, e aqui Tribunal vem e às vezes é interfere, pede uma suspensão, e a gente mas como assim, a prefeitura tal fez, Gramado não pode fazer. Nós temos sim um olhar diferenciado pelo Tribunal de Contas, talvez por ser um município com muito recurso, município rico né vamos dizer assim, não tem como comparar estados e municípios, o olhar do Tribunal não é o mesmo, deveria ser mas não é, muita coisa é feita no Estado, vou dar um exemplo dos contratos, não tem professor que se aposenta em contrato né, município não pode, município tem que fazer concurso público, eu não consigo manter um contrato temporário, aí tem que ter tudo justificado. Os nossos contratos para vocês terem uma ideia, todos, todos são cadastrados num sistema diretamente do Tribunal de Contas, onde eu tenho que colocar por exemplo, eu tô substituindo a professora tal que assumiu o cargo de direção, eu tenho que lançar o nome da professora que tá sendo substituída, a carga horária, o cargo, o período do contrato. Então assim realmente os municípios, eles são muito mais fiscalizados, e nessa época quando fomos apontados também era pago, era feito assim há muitos anos, para nós também foi uma surpresa naquela época né, e de lá para cá os órgãos de melhoria sempre nos alertando que realmente o Tribunal estava correto, isso é inconstitucional, o entendimento não é a gente entende ah mas eu não vou trabalhar de graça, mas o Tribunal diz que não, aquele teu FG é para te fazer aquela função, é o olhar do Tribunal frente essa situação apesar de que a gente não se conforma com isso né, como muitas outras coisas que acontecem, que nós somos apontados que a gente não concorda, mas acaba tendo que se adaptar. Então deveria ser igual prof mas não é infelizmente". Professora **Nara**: "Boa noite, eu concordo com a colega porque não é só o Estado, eu pesquisei e Canela, Igrejinha, Caxias, Porto Alegre, Pelotas todas essas cidades, tem complementação de horas ok, concordo com a colega Juliana quando ela fala que o Tribunal tem um olhar diferenciado. Mas existe defesa né, por isso a gente tem bons advogados por isso a gente tem né pessoas que nos defendem. E também quero deixar bem claro também porque quando vocês falam ouvindo vocês falar, ah é um diretor é um diretor, ele tem o FG, pelo amor de Deus gente, por favor, pela responsabilidade que a gente tem enquanto Diretor a gente tem um FG mas o nosso FG é o valor de um desdobramento. Então quem é da categoria sabe que eu tô falando, então talvez os vereadores que estão sentado, talvez não sabe mas o nosso maior FG hoje é R\$ 2.000,00 (dois mil reais), talvez agora nessa reformulação sim mas não são FG, assim que possam complementar nossa carga horária, nossa carga horária sim hoje, ela tem então tem vinte cinco e tu tem mais quinze, se tu pegar um desdobramento tu ganha mais, e tu não é responsável por uma escola, pela responsabilidade né. Então eu defendo a causa assim, e já falei isso naquele outro dia na reunião quando eu estava presente representando o Conselho, e hoje quero me manifestar porque sabe quem tá na direção sabe que leva a responsabilidade muito muito muito, a gente sabe disso. Então podemos arriscar como diz a Queli, até podemos, mas acho que a gente foi bem consciente naquele dia, vamos ver aqui que você acha, mas tem vários municípios, eu tô falando de municípios grandes que eu pesquisei mais de seis, fora o Estado tá bom obrigado". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Concordo com a prof. Nara só para complementar né, nós também pesquisamos, eu também pesquisei os municípios que tem, e foi por conta disso que eu aceitei arriscar tá, justamente porque eu sei até para usar como defesa, mas eu só quero deixar isso claro novamente, estamos arriscando mas se houver, se, se só para a gente deixar claro isso ". Secretária Municipal de Educação **Simone Andreis**: "Não é só complementar de que todo esse trabalho do gestor, responsabilidade do gestor, nós temos consciências e valorizamos Justamente por isso que mantemos isso no plano né, é uma vontade da administração valorizar o gestor da escola, porque a gente tem esse entendimento do quanto, de quanto a responsabilidade vocês têm nas escolas, se nós não tivéssemos esse entendimento nós nem cogitaríamos correr um risco, não arriscaríamos". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Aí também se né, não vai sair mudando a lei no outro dia né, vai se fazer defesa, vai se brigar até o final né, então vale a pena correr o risco sim". **Prof. Daniele**: "Boa noite a todos, venho nessa mesma tecla batendo na questão dos FG's né, aquele dia na reunião inclusive alguns vereadores falaram que se tivesse algo inconstitucional eles não iriam aprovar né, até o professor, o vereador Neri, ele falou isso é um grande medo que a gente tem de não ocorrer a aprovação na Câmara de Vereadores né, se é inconstitucional, se é algo ilegal. Então porque não se tem um aumento da FG como a colega falou ali, daí fica tudo legalizado, fica algo legal, tendo esse aumento do FG em vez de ter essa questão inconstitucional, então aumenta o nosso FG. Então coloque as quarenta horas como se fosse desdobramento né, essas horas a mais, porque eu no meu FG de vice-diretora na escola é R\$ 786,00 (setecentos e oitenta e seis reais) se eu trabalho oito horas a mais eu ganho mil e quatrocentos e alguma

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 7 de 10
<b>Ata de Sessão</b>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 64

coisa. Então coloque esse valor de desdobramento que seria o aumento de carga no FG, aí não fica inconstitucional, e a gente não corre o risco dos vereadores barrarem o nosso Plano de Carreira que é de grande importância para ser aprovado, e a gente vem aqui a tempo desde lá de 2013 né Queli brigando pelo nosso Plano de Carreira, e tá mais do que na hora da gente aprovar o Plano de Carreira, e não ficar nessa questão aí porque é inconstitucional, porque a gente corre o risco, não vamos fazer uma coisa legal e vamos colocar o aumento de FG da maneira correta lá no nosso Plano de Carreira, e não colocar algo que pode ser inconstitucional e nos tirado depois, é a minha visão desculpa né se eu tô errando com alguma coisa, mas eu acredito que seja interessante a gente pensar a respeito disso". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Mas só para trazer o registro né, sobre a tramitação, não há inconstitucionalidade no projeto, o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, se me permite os colegas a gente abre para o presidente da Comissão, não é esse risco". Vereador **Joel da Silva Reis**: "Eu sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no qual fazem parte os colegas Cícero Altreiter e a Rosi Ecker Schmitt, só para deixar claro, não existe inconstitucionalidade no projeto que está se aventando aqui são teses jurídicas, e entendimentos de um Tribunal de Contas, só para ficar claro isso. Então o projeto de vocês é legal e fala por mim, acredito que por alguns colegas aqui presente vocês terão maioria na nossa visão, eu acredito que o projeto, pode ficar tranquila de vocês, até deve ser aprovado por unanimidade, é o que eu acredito". Vereador **Neri da Farmácia**: "Só pra não ocorrer nenhum desentendimento tá, o quê que eu venho trabalhando desde o início aqui na Câmara, tem alguns projetos aqui que são, a gente considera aqui dentro da Câmara como vício de iniciativa, que a gente não pode propor aqui porque tem vindo executivo, mas tem uma brecha aqui no Regimento Interno que mesmo projeto com vício de iniciativa, não tendo a origem dentro da Câmara, do Executivo, tendo origem na Câmara de Vereador há possibilidade de vir pro Plenário ser derrubado a inconstitucionalidade, e assim os colegas estão de provas né, que eu sempre manifestei contra, porque se nós estamos aqui com Vereador nós temos que preservar a lei, a legalidade, é constitucionalidade. Então por isso que eu coloquei, mas aqui nós temos, eu não sou formado em Direito né, mas nós temos aqui vários assessores jurídica podem nos dar o parecer, e pode dar sua versão, tem essa segurança que já tem também em outros municípios né, e que não traga nenhum problema nosso como vereador, no caso para mim, não tem problema nenhum. Então eu acho que nesse sentido, nesse direcionamento aí, não tem preocupação, daí quanto que o projeto não vai ser aprovado pela Câmara e Vereadores". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Fica, eu acho como sugestão então, caso havendo, nós estamos trabalhando as possibilidades né, fica o registro de fazer essa mudança caso havendo, mas não há, ele tá dentro da constitucionalidade". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "É isso que eu ao sugerir, até porque Dani, fazendo uma leitura geral já foi feito isso lá em 2011, porque já foi aumentada a FG lá na época tá, só que o problema é que a gente vai ficar sempre com diferenças, porque o que acontece, hoje a administração se ela for aumentar FG ela não pode aumentar o FG só de quem tem uma matrícula, ela tem que aumentar o valor da FG, e aí assim, a cada três anos quando tiver eleição nas escolas, vai ser um profissional que vai assumir aquela FG certo, hoje pode ser tu com uma matrícula, amanhã pode ser eu com duas matrículas. E aí entendeu, então a gente vai ficar sempre com problema, porque daí quem já tem dois concursos vai ter o aumento da FG também, e quem tem uma matrícula, só vai continuar com a mesma sensação de injustiça, de ter que trabalhar mais quinze horas enfim. Mas a educação infantil mais oito horas na semana de graça né, a gente tem esse sentimento, que a gente tá trabalhando de graça porque a FG não é para mim trabalhar mais oito horas ou mais quinze horas, é pela responsabilidade do cargo que eu tenho como gestora daquela escola né, nesse sentido. Então não sei se adiantaria né, mas eu acho que fica o registro, se caso né vier a ter esse apontamento enfim, daí você analisa essa outra possibilidade". Supervisora Pedagógica **Maeli**: "Complementando que tu acabou de falar, mas querendo explicar já desde o início a pergunta né, se é inconstitucional a pessoa receber duas vezes pelo mesmo trabalho que é o argumento né, no meu caso por exemplo, que já sou quarenta horas, em caso de assumir a direção vou receber a FG, mas eu vou trabalhar quarenta horas que já é a minha carga horária de origem do meu cargo né, agora o professor vinte cinco horas e assume a direção, só estaria recebendo duplamente pela sua né pelo trabalho, se ele mantivesse a sua carga horária inicial, mas ele aumenta a sua carga horária de trabalho. Então o pagamento é pela carga horária excedida né, além do seu cargo inicial, não é duplamente, é pela carga horária que ele aumenta. Se isso não for pago, ele então deveria ser diretor apenas durante vinte cinco horas que a sua carga horária de origem do seu cargo. Então não tem como a gente dizer que é inconstitucional, não tem como dizer que existiu né algo inconstitucional na lei, porque a lei não está dizendo que a pessoa vai receber duas vezes pelo seu trabalho, a lei está dizendo que ela vai receber pelo aumento de carga horária de trabalho e a FG pelo cargo né, pela responsabilidade. Então não há, não há isso, talvez a preocupação da Secretária, mas provavelmente né, o argumento ou a justificativa sugerida já ser encaminhado mas uma justificativa, não sei se prévia ou depois defesa, mas o argumento é esse, que não está sendo pago duas vezes, está sendo pago pelo aumento da carga horária, que vai ser diferente para cada um, depende do cargo de origem da pessoa se a pessoa é Educadora infantil ela vai receber por oito horas diárias a mais, se o professor é né dos anos iniciais ou finais, ele recebe por quinze horas semanais a mais. Então é pela carga horária excedente do seu trabalho que ele recebeu". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Esse é um consenso nós estamos todos falando na mesma língua né, mas assim mas só para fazer uma defesa do executivo, não há inconstitucionalidade né, então assim, nós estamos só trabalhando, acho que o que era Secretária trouxe naquele momento né, que gerou esse debate, que é importante é que caso houver algum apontamento, será necessário reavaliar, mas a lei está aposta, ela tem constitucionalidade, ela passou pela Procuradoria do executivo, pela Procuradoria da Câmara, pela Comissão de Justiça, pela Comissão de Finanças, e tá na Comissão para discutir o mérito né. Então ela, já superamos a suposta inconstitucionalidade só há uma observação dessa possibilidade, vamos trabalhar para não acontecer, se isso acontecer nós vamos disputar também né, nós vamos estar todos juntos disputando". Supervisora Pedagógica **Maeli**: "Mas só pra confirmar, a questão de que talvez da ideia do FG não resolve do momento né, concordar, e eu só queria colocar mais um apontamento que foi colocada fala que, que bom que estamos é, aprovando um novo Plano de Carreira com benefícios, e que dependendo, assim com relação ao quadro geral né, que nós estamos atendendo a reivindicações sem regredir em coisas na equiparação entre os cargos. Eu acredito que não é uma verdade no sentido lá da questão dos níveis né, da questão de a gente entrar com o nível no momento da posse né. O correto é, só uma constatação tá, o correto seria que se o quadro geral se sente prejudicado, eles deveriam receber a mesma coisa que a gente tinha né, que já estava previsto. Então se nós podíamos receber na posse, em vez de nós passarmos né retornar regredirmos eles deveriam poder passar a receber na posse". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Essa foi exatamente a postura do Sindicato". Secretária Municipal de Educação **Simone Andreis**: "Eu quero só quero trazer um posicionamento da Secretária de Educação, porque nesse caso nós temos não são poucos casos, mas nós temos casos de que o profissional assume, e ele nem passa pelo estágio probatório, porque ele não consegue passar para o estágio probatório, ele não consegue ser avaliado positivamente no estágio probatório. Então nós já estamos oferecendo a ele uma mudança de nível, sem saber de como vai ser o trabalho desse profissional. Então eu acho que o pelo menos aguardar dois boletins, apontando que ele sim ele está de acordo com as atribuições, eu acho que é usar um pouquinho do bom senso também, em função de que hoje nós estamos,

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 8 de 10
<b>Ata de Sessão</b>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 65

recebemos o concursado, como já foi comentado aqui, imediatamente sai de licença ou por outro motivo, e nós temos profissionais que entram sim com o mestrado, com doutorado né, e que não conseguem passar pelo estágio probatório, que não estão em condições de atuar na área. Eu acho que seria um respaldo da Secretaria também, de primeiro ver como é que vai ser a atuação do profissional, para depois oferecer o benefício, foi nesse intuito que nós pensamos na questão de um ano, e dois boletins com a média ano necessária pra aprovação". Prof. **Leonardo**: "Boa noite pessoal, quantas questão da progressão de nível ainda né, acho que a gente tem que pontuar que o pessoal que vem para se instalar em Gramado, para ser servidor né, muitas vezes como sabemos o servidor, ele vem de outra cidade para trabalhar etc né, ou vem para se instalada aqui de outro lugar do Brasil né, fez um concurso enfim, porque temos muitos servidores que são de fora de Gramado enfim de fora do Estado né, e a situação é a seguinte, o servidor que vem aqui para ganhar o seu vencimento básico somente, muitas vezes ele não vai conseguir nem se instalar aqui pagar o aluguel né, porque a condição de moradia em Gramado também é uma situação né, pagar um aluguel completo sozinho em Gramado tendo vindo de outra cidade de outro estado, é uma situação complexa, ainda mais para um servidor que tem um vencimento básico né, e a pessoa vem com doutorado com uma qualificação excelente muitas vezes né, e vai ganhar o seu vencimento básico aqui, e se não ganhar o vencimento que seria de acordo com a progressão de níveis, não vai conseguir se instalar aqui, e a gente vai perder um servidor que tá bem qualificado, a gente vai estar basicamente fazendo com que venham apenas servidores que tem um nível básico né, o servidor que também qualificado vai optar para ficar em outro lugar, onde ele consegue se instalar para sobreviver só isso". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Eu só vou colocar, que hoje da forma com que a gente dispõe, e os professores chegam no nível três ou no nível quatro, como a gente tem professores, e mesmo assim a gente tem rotatividade de professores, mesmo assim a gente tem alta rotatividade de professores. Então eu não sei se realmente há alguma diferença com relação a isso tá, porque mesmo concedendo o nível quatro quando entra, a gente ainda tem enfim, as vezes, as pessoas ficam ainda buscando os concursos mais próximos da sua cidade de origem e tal, e acabam não ficando em Gramado. Então a alta rotatividade acontece da mesma forma". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Eu concordo com o professor Leonardo, inclusive na reunião do dia quinze né a gente já comentou isso, que eu valorizo né nível de educação né, então assim quanto mais qualificado for, mais tu vai ter que receber é isso né, faz parte as empresas privadas também são assim, não é só no serviço público né. E me preocupa inclusive, a gente levantou a situação, do novo regramento agora de que a nota do Ideb vai influenciar diretamente na verba que vai ser direcionada aos municípios certo, então assim, se eu quero ter uma nota boa no Ideb também tem que ter um profissional bom, qualificado, para mim poder ter aquele aluno com uma nota boa, e automaticamente o município tem mais recebimento de verbas né. E eu me preocupo assim isso de o servidor qualificado não vir né, porque quem tem doutorado por exemplo, a gente sabe hoje a dificuldade, eu tenho mestrado eu sei a dificuldade que eu passei para terminar meu mestrado, então assim de estudo, de tempo, de tudo. E quem tem doutorado então mais ainda, e a pessoa vai ficar um ano dando o melhor de si, daquela qualificação que ela tem, sem receber só depois de um ano que ela vai receber né, eu sei que o quadro geral é assim tá, e eu argumentei naquele dia reforço aqui que eu entendo que então né, tem que mudar para o quadro geral e não por magistério né. Não, não mexe no que tá bom né, então assim melhora lá onde realmente tem o problema, também entenda a questão de orçamento enfim, respeito isso, mas realmente esse ponto aliás o único ponto, que eu entendo que é prejudicial na reforma do Plano de Carreira é esse né. Embora a gente já tenha melhorado né, reforço que a ideia da Simone foi boa de três anos para um ano, mas ainda assim, tem essa questão e me preocupa também, que eu conversei com a Juliana essa semana em relação a isso, que no dia da reunião a gente não se, nós não nos ligamos disso tá, ninguém, nem nós, nem estamos pelo menos não foi falado que essa alteração não é só para os novos gente, ela é para os atuais também, porque assim, quem foi receio nomeado claro né que tem menos de um ano de Casa né, não para todos, a maioria não vai ser abrangido por essa alteração, mas para os atuais, recém nomeados, e por exemplo, entraram com no P2 com pós-graduação, e estão terminando o mestrado e vão terminar o mestrado no final do ano, não vão progredir imediatamente para o P3, vamos ter que esperar fechar um ano para progredir. Então vai ter prejuízo para esses também no atual né, prejuízo, enfim vocês entenderam né, e eu acho importante discutir isso aqui, é o momento". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Voltando a falar da isonomia entre servidores, então nós já temos aí uma grande diferença que o professor ele muda de nível muda o básico, o servidor do quadro geral não, já temos uma diferença aí. Hoje professora ele é nomeado e já entra no nível que ele tem a sua qualificação, o quadro geral também não, só depois de três anos, e a gente ainda tem previsão legal para ajuda de custo para o professor que tá estudando, o quadro geral não tem, então a gente pode se o professor requerer ele tem ajuda de custo para estudar, a gente paga para vários professores, vários tem ajuda de custo e tem mudança de nível já quando entra, muda o básico que já reflete diretamente nas demais vantagens, então a gente tem aí uma grande disparidade entre os quadros né, entre os planos de carreira. Então alterar isso foi uma pequena, dentre tantas melhorias que a gente está trazendo, tantas coisas que estão sendo atendidas, e acho importante referir que Gramado é um dos poucos municípios que paga o piso, enquanto que os outros municípios ainda estão discutindo conseguir pagar o piso, nós já pagamos além do piso, temos todas essas vantagens então fazer esse ajuste, é uma pequena tentativa ainda de tentar fazer uma equidade e atender aquilo que Secretária trouxe né, a gente tem verificado muito isso, servidores inclusive com doutorado que não consegue dar uma aula né não consegue mesmo, não adianta ter só formação e a gente sabe que hoje que as faculdades estão bem facilitadas, então a gente percebe aí pessoas com dez quinze pós-graduação, e não consegue às vezes né até dar uma aula. Então acho que a questão de passar por um ano, ser avaliado, ter dois boletins, é uma situação bem razoável, é o nosso entendimento nosso posicionamento". Presidente da Comissão **Prof. Daniel**: "Então fica o registro da progressão para ser avaliada pela administração, daqui a pouco tem mais um mais uma rodada ainda para de reivindicação. Mas alguma manifestação que venha da comunidade presente". **Alana**: "Boa noite, eu tenho uma colocação sobre o artigo vinte seis, eu penso que seja muito positiva a mudança de reconhecer o tempo de magistério dentro do município, só que eu penso que talvez o primeiro critério, deveria continuar sendo a nota da CPGQ, porque nem sempre assim como em outras áreas né nem sempre o tempo de magistério, mesmo que seja dentro do município, seja um sinônimo de um bom trabalho. Então talvez seja assim reconhecido o tempo de magistério dentro do município, mas que o primeiro critério continue sendo a nota da CPGQ, porque é através dela que se tem um reconhecimento de um, de se estar realizando suas atribuições de uma forma com qualidade". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Esse ponto até foi bem discutido tá, depois eu vou deixar vocês complementar, mas um dos, um dos das situações assim que nós pensamos em trocar, é porque quem tá no estágio probatório não tem boletim de avaliação da CPGQ tá, tu só é avaliado na CPGQ aqui após ser estável e seja isso é igual para o quadro geral e para magistério né. Então o quê que acontece, esse servidor que tá no estágio probatório ele vai ser o que sempre vai pipocar, porque ele não vai, ele não vai ter nunca aquele boletim do estágio probatório entende. Então só aí ele já tá ele já tá fora da disputa né, então em razão disso, se colocou a questão do tempo do magistério, e daí dentro do município, porque tu pode ter por exemplo a gente tem muitos educadores inclusive recreacionistas, e foram recreacionistas um tempo dentro do município e depois passaram infantil, e agora tá no fundamental,

	<b>CÂMARA DE VEREADORES</b> <b>Gramado</b>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 9 de 10
<b>Ata de Sessão</b>		

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 66

todo o tempo dela do município né um exemplo. Esse foi um ponto que foi levantado tá, porque se essa pessoa já tá fora da disputa automático, porque ela não vai ter avaliação da CPGQ. Mas se for, (neste momento houve pronunciamento sem o alcance do microfone, tronando-se inaudível e sem descrição em ata) não, a preferência é vaga aberta né, que acho que esse foi o principal ponto, é a vaga aberta tá gente, porque isso não constava e deu sempre era cada um entendido um jeito né. O critério é maior tempo na rede Municipal de Gramado, o primeiro critério de preferência tá, e o segundo é a CPGQ, para te ter boletim de avaliação da CPGQ tem que ser estável, para ti ter tempo na rede de municípios pode ter ficado x anos na educação infantil. Por exemplo agora até assumido concurso fundamental tá dando exemplo tá, e tu ter lá já dez anos de Casa, na prática isso acontece gente, mas na prática isso acontece né. Oi, vai somar o período de matrícula sim mas isso já acontece hoje né gente, só que hoje acontece para o tempo de magistério no geral. Então se tu vem da rede privada de trinta anos da privada, tu já tá na frente de qualquer onda do municipal na prática". Secretária Municipal de Educação **Simone Andreis**: "E outro motivo que fez nós pensarmos em mudar a ordem, é que a infelizmente avaliação da CPGQ ela nem sempre é levada a sério. Então eu posso ter um profissional que está há cinco anos na mesma escola, e aquele gestor avaliar corretamente ser né, e ela ter, e outro gestor e outra pessoa vir de uma escola em que foi avaliado de forma sem seriedade né, e ter uma nota maior do que aquela daquele profissional que está cinco anos na mesma escola. Porque como profissional ele muda de escola, ele também vai ser avaliado por gestores diferentes, e não são todos os gestores que avaliam com seriedade né, isso é um fato. Então assim, talvez o profissional que esteja na escola ali há mais tempo né, ele não passou por várias avaliações, então ele tem um único olhar né, enquanto que aquele que veio de outras escolas ele foi vindo e foi sendo avaliado e talvez tenha uma nota melhor, do que aquele que está ali presente na escola por mais tempo. Então foi essa também uma outra situação né, porque hoje nós temos certeza e vocês né precisam concordar comigo, de que né Priscila, que não se faz uma avaliação como deveria ser feito. Então assim, alguns profissionais são prejudicados em relação a isso, então o tempo de serviço na escola, o tempo de serviço no município, nós pensamos que seja uma um critério mais justo do que avaliação". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Só uma outra questão importante que eu esqueci de falar quando eu li esse artigo, mas que também foi acrescentado, que é o critério de desempate, o segundo no caso daí né. Aliás a preferência é o tempo de município deu o primeiro critério é a avaliação da CPGQ o último biênio, também é importante dizer, qual o período da avaliação né, porque se não tinha e daí sempre era um problema né, qual biênio que eu vou usar né, você vai usar aquele que me beneficia claro né, mas nem sempre vai, na prática não problema". **Priscila**: "Boa noite, sou educadora infantil e professora de matemática, não como membro da CPGQ, que porque como membro da CPGQ aqui, eu não fui chamada para discussão anterior sobre isso, então eu prefiro não ir mas me manifestar, porque não tenho porque né. Então como professora infantil, eu acredito retrocesso né, tirar a nota da CPGQ eu acho que é muito mais tudo é uma caminhada, tudo é uma caminhada né, então avaliação de desempenho também, acredito que sim algumas chefias não levam a sério, já passei isso como professora né, no quadro funcional de algumas chefias banalizarem, mas eu acho que cabe aí um projeto para a gente trabalhar em rede junto a secretários municipais também, que pegam os boletins de seus diretores e visualizam que o mesmo diretor tá dando nota máxima, uma grande parte para todo o quadro funcional né, daquele escola enfim daquele ambiente escolar. Então o Secretário também pode questionar e pensar na sua avaliação em direção aquela chefia, o quê que tá acontecendo. Eu acho que poderia sim ser previsto um trabalho em rede. quanto a qualificar a avaliação de desempenho do município de Gramado. e não invalidar. eu acho que é um retrocesso nós pensarmos que porque eu sou a mais antiga. eu posso faltar o quanto eu quero. eu posso não cumprir as atribuições no meu concurso. e eu sempre vou ter a preferência. independente do servidor entrou depois de mim, e está apresentando um trabalho muito melhor do que o meu, mas é minha opinião como eu disse, como professora e educador tá, boa noite obrigado". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "Eu só quero fazer um complemento que a Priscila falou, que na nossa última reunião dia quinze, eu trouxe essa reivindicação que a própria CPGQ tinha me reportada, a CPGQ é vinculada a minha secretaria né, e, eles já haviam trazido essa preocupação e eu levei nessa discussão, e a maioria presente ali entendeu por se manter como está tá, mas eu levei esse entendimento. Eu também sou uma grande defensora da avaliação, isso eu falei lá e eu acredito nela. eu tenho lutado para que a gente consiga fazer elas realmente eficaz, enquanto Secretária muitas vezes né chama atenção também de Secretários, acho que a gente já tem conseguido melhorar um pouquinho né, nos últimos anos, mas eu acredito sim, eu quero ainda acreditar que a gente possa ter uma avaliação efetiva né, que muitas vezes a chefia não quer ser indispor com o funcionário, com colega, mas depois acaba às vezes, eu como administração ou se lá as reclamações depois né, vão lá reclamar do profissional, mas na hora de avaliar ele não aplica o que realmente deveria ter aplicado na avaliação. Mas eu também entendo que avaliação ela tem que ser dado valor, devido valor para ela né, então fica também um questionamento, caso queiram ainda fazer alguma alteração estamos em tempo ainda né, de fazer qualquer alteração". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "Acho que os dois principais pontos, ou a mudança de nível, e essa questão do vinte seis, aqui vai ficar os dois pontos em aberto digamos. Não sei se vai surgir mais algum ponto assim mas acho que os mais críticos eram esses né". **Jennifer**: "Jennifer gestora da Escola Henrique, concordo com a fala da Priscila, e eu como gestora também defendo muito a avaliação da CPGQ, e por levar ela tão a sério, a gente vê a mudança positiva na prática dos professores né, então talvez eu penso agora então, cai por terra então anota da CPGQ como a preferência isso que a Priscila disse. O por quê eu vou buscar a melhoria, talvez todo o processo que a gente já vem com a CPGQ de levar ela sério vai morrer de novo, porque tanto faz como tanto fez a nota de novo. Então tudo que a gente conquistou talvez de levar a sério, e mostrar para o servidor que sim, ele tem que melhorar a cada semestre, a cada biênio etc, já não vai valer mais a pena de novo, que o que está lá né há muito tempo vai sempre se manter na preferência, e se a gente busca um ensino de excelência na nossa cidade, a gente precisa que o professor seja de excelência, e cabe isso a cobrança do gestor se ele realmente está avaliando o seu professor, o seu servidor da melhor maneira, porque a gente nivela por baixo talvez não cobra o gestor que está avaliando de forma equivocada, e vai sair perdendo o professor que está lá, que pode ter entrado ontem, mas está se esmerando muito pelo seu trabalho. Então talvez fica um ponto para ser revisto, e outro questionamento que eu já aproveite para fazer, eu não sei se está nesse, não foi colocado, a mudança do período do contrato se ele mudou o prazo". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch**: "É um outro PL tá, isso é ele tá previsto no regime jurídico único, é outro PL, ele foi votado quarta-feira e amanhã já deve ser publicada a lei já". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch**: "E até a título de complementação, caso venha-se alterar aqui voltasse a CPGQ em primeiro, e o tempo daí de Magistério local, como né, se acontecer isso né, não sei vamos ver a questão ali de quem está no estágio probatório, pode ser resolvida dessa pessoa não ficar, embora ela vai estar fora do da concorrência porque ela não vai ter o biênio né, mas ela vai pode ser resolvida ela não ficar pipocando, porque agora tá bem claro que é em vaga aberta né, e não em vaga ocupada, que antes nós não tínhamos isso também, então agora acho que se resolve". **Jennifer**: "Implementar então porque na verdade no momento que, a pessoa que estágio probatório ela fica né fora da disputa, nesse momento a gente já tá privilegiando aquele que está mais um tempo na escola, então na verdade tu não vai porque o quê que eu entendo também né, os servidores mais antigos, aí o que entra por último ainda vai ganhando

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <hr/> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 10 de 10
<p><b>Ata de Sessão</b></p>			

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN**  
**- XVI Legislatura -**

FL. 67

vantagem não, a pessoa que tá no estágio probatório já fica parada um certo ponto dessa disputa, então aí eu acho que já existe essa equiparação". **Priscila:** "Enfim então eu acho que foi muito válido acrescentar a questão do último biênio Queli que não tinha, ótimo né. E concordo com o tempo de magistério municipal acho que também isso é bom esclarecer, e o que a Jennifer falou que tava contente antes, acaba que os servidores que estão estágio probatório vão ficar na classificação abaixo de todo mundo que já passou no probatório independente a nota da avaliação de desempenho. Então tu já está querendo ou não beneficiando quem está há algum tempo né comprovou ali um trabalho de qualidade no município, obrigada". **Daiane:** "Boa noite eu sou Daiane eu sou educadora infantil em extinção, e eu tenho até conversado com a Queli algumas vezes, eu não me qualifiquei naquele tempo, eu não estava matriculado em pedagogia na época né. Eu me formei em administração e eu ganhei os 10% realmente pela administração, mas depois eu me qualifiquei hoje eu tenho pedagogia, não existe nenhuma possibilidade eu sei, que não foi né naquele período pedido, mas depois eu me qualifiquei e agora vai cair isso da lei né, não existe nenhuma possibilidade de quem buscou a qualificação". Secretária Municipal de Administração **Juliana Fisch:** "E tu nunca fez o pedido de mudança de nível, quando tu fizeste". **Daiane:** "Quem me orientou né Priscila no último biênio, eu acho que sei lá uns dois anos atrás, e foi negado, não sei se há possibilidade". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch:** "Lembra se foi negado porque tu não estava matriculada lá em dezembro de 2010 né, isso né, assim ó, nós tínhamos um pedido que inclusive foi discutido né, que era o resgate destes profissionais exatamente o teu caso tá, de quem não estava matriculado na época, mas buscou a qualificação depois na educação e está na ativa no exercício da docência tá. Porque por exemplo, tu poderia ter buscado mas não estar hoje na ativa tá, numa licença, por exemplo no meu caso, eu tô numa licença não tô no exercício da ciência não tem porque você resgatada entendeu. Mas tu sim, nós tínhamos esse pedido porque". **Daiane:** "É eu atuo e sou cobrada, tanto quanto minhas colegas que tem a mesma né". Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos **Queli Boch:** "O pedido era justamente é esse de resgatar esses profissionais porque, porque tu não tem estímulo nenhum para se qualificar mais, porque tu não vai mudar de nível e mais do que os seus 10% que tu ganhou em outro momento mais ganhar. A não ser que tu faça uma pós ou um mestrado, então esse pedido acho que daqui a pouco a gente teria que manter ele, daqui a pouco a administração analisar né porque tu é uma né, mas acho que a gente tem uns deve ter uns dez nessa situação". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "Inclusive se fica também a sugestão de enviar via e-mail também, essa ratificação para que a gente possa também além de ter sido colocado aqui, nós também caminharíamos para administração" **Vanessa:** "Boa noite eu sou a professora Vanessa, eu também sou do mesmo caso que a Dai, sou educadora em extinção no período, do tempo que eu poderia ter feito a faculdade eu me separei, eu tinha três crianças. Então a prioridade era os meus filhos né, hoje eu já tô quase terminando agora né, que já tão tudo criado, e realmente não vejo assim como mudar de nível vou ganhar só aqueles 10% depois eu posso fazer uma pós. Mas mesmo assim, eu sei que eu tive aquele tempo hábil para fazer, mas as minhas condições não deixavam né, então é a mesma, a gente tava com essa expectativa que fosse aprovado isso né, para estimular muito mais a gente né. Com certeza, porque a gente é cobrado igual de tudo né, e a gente busca sempre fazer o melhor". Presidente da Comissão **Prof. Daniel:** "Essas considerações ficam também, esses registros para que possa ser avaliado, mais alguma consideração. Nós também não temos nada vindo também das redes sociais, agradeço a presença de todos também lembro que podem ser feitas manifestações até setenta e duas horas para o e-mail [jandir.fraga@gramado.rs.br](mailto:jandir.fraga@gramado.rs.br). Na verdade nós temos um prazo regimental de setenta e duas horas para alguma manifestação e eu acho que depois encerrando aqui, a gente, é da avaliação do executivo porque o projeto continua tramitando na comissão, a gente sabe também existe um, a gente tá tentando ser veloz, para que quanto antes a gente aprovar, também os diretores vão poder receber essa equiparação também da complementação. Mas a ideia é que a gente, pelo menos esses pontos colocados, que hajam, pode ser na segunda-feira amanhã a gente possa fazer um novo encontro aqui, mas que é uma decisão do executivo né de fazer essas mudanças. Então nada mais tendo a declarado ou por encerrada esta presente audiência pública Obrigado e boa noite a todos .....

---

Vereador Prof. Daniel  
Pres. Comissão de Mérito